



A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A ESCOLA

Vamos brincar?
Vamos aprender?

ESEL

Escola Superior de Educação de Leiria

33-03-09

1996.11.22

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LEIRIA

37.06/36



A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A ESCOLA

**Vamos brincar?
Vamos aprender?**

JORNADAS COMEMORATIVAS
do DIA MUNDIAL DA CRIANÇA
e do ANO INTERNACIONAL DA FAMÍLIA
(30 e 31 de Maio e 1 de Junho de 1994)

Estante: _____
Prateleira: _____
Número: B153779

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LEIRIA

A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A ESCOLA

Vamos brincar?
Vamos aprender?

Título: *A Criança, a Família e a Escola*
—*Vamos brincar? Vamos aprender?*

Org. da Edição: Luís Barbeiro
Ricardo Vieira

Edição: Núcleo Editorial
Escola Superior de Educação de Leiria
© ESEL 1996

Concep. gráf. e composição: Luís Barbeiro
Impressão: Tipografia Mendes Barata, Lda.

Depósito legal: ~~9999729~~ 102 83576

Comissão Organizadora das Jornadas Comemorativas do Dia Mundial da Criança e do Ano Internacional da Família (30 de Maio a 1 de Junho de 1994):

Ângelo Neto
Beatriz Matias
Celeste Faria
Edgar Lameiras
Olga Terça
Ricardo Vieira

6

Conselho Editorial: Celeste Faria
Edgar Lameiras
Olga Terça
Luís Filipe Barbeiro
Ricardo Vieira

N ú c l e o E d i t o r i a l
Escola Superior de Educação de Leiria
Rua Dr. João Soares
Apartado 424
2413 LEIRIA Codex
Tel. 812830 Fax: 812985

Índice

Introdução 9

1. A construção histórica da Família:
abordagem de um percurso
— Alda Mourão Filipe 11

2. Escola-Família, uma relação entre
culturas?
— Pedro Silva 21

3. Adultos significativos: que papel na
construção do Auto-Conceito dos
educandos?
— Graça Seco 31

4. As colecções de brinquedos na
infância: perspectivas teóricas sobre o
consumo de bens lúdicos destinados
às crianças e discursos patrimoniais
dos adultos
— Filipe Reis 33

5. Brinquedos tradicionais populares...
um tema aliciante
— João Amado 45

Actividades 51

1 A construção histórica da Família: abordagem de um percurso

Alda Mourão Filipe

Escola Superior de Educação de Leiria

1. A família e a criança como objecto das Ciências Sociais

Pela relação em que todos estamos envolvidos, o tema Família é simultaneamente atraente e perigoso.

Depois de 1970, passou a ser comum a vários domínios da Sociologia, da Antropologia, da História Social.

Antes, no séc. XIX, a temática servia para mostrar o distanciamento do Homem face às bestas, porque criara normas. Mas as questões aumentam a sua complexidade, diversificam-se as fontes, criam-se novas problemáticas.

Na origem do estudo da Família, os historiadores procuraram a génese do núcleo doméstico, onde se reúnem homens e mulheres, votados à educação da prole comum (J. Casey, *História da Família*).

Alguns erros metodológicos iniciais foram então cometidos, como estudos sobre pequenos espaços, o que não permitiu traçar quadros relativos às transformações ocorridas desde o séc. XVI.

Muitas divergências se apresentam, mas atinge-se a certeza de que não há um sistema familiar único no mundo e mesmo na Europa: há diferentes tipos de Família, com distintas funções, desenvolvendo diversas modalidades de relações familiares.

Se hoje a comunicação transporta também modelos de uniformização, mesmo familiar, por exemplo, no séc. XVIII as famílias camponesas da França registavam comportamentos bem diversos de região para região. Temos, caso bem mais próximo de todos nós, em que as diferenças são bem marcadas, em termos de comportamento, entre a família rural minhota e a alentejana, para lembrar realidades culturais especialmente não muito distantes.

Quando se tenta generalizar ao ocidente padrões de homogeneidade, torna-se problemática a compreensão e interpretação desta diversidade. Diferentes abordagens, diferentes fontes documentais, diferentes relevâncias dadas a teorias sociais, aprofundaram obviamente a disparidade.

Abordagens psico-históricas, demográficas, de sentimentos, de economia doméstica, se isoladamente, distorceram realidades históricas, quando em pluridisciplina, resultaram de forma enriquecedora.

Antes de 1950 a História da Família não existia. Analisavam-se famílias isoladas ou grupos de elite, através, principalmente, de fontes literárias.

Entre as consequências decorrentes da II Grande Guerra, vem o despoletar da necessidade de conceber a Família como o centro gerador e transmissor de valores, que o evento mostrara terem sido fortemente abalados. Depois da tragédia, a Família goza o privilégio do convívio, do entendimento dos espaços que dentro dela cada elemento detém. Aos anos loucos, às depressões económicas, sucedera a privacidade com o sofrimento e a morte. Havia, portanto que valorizá-la. O cinema deu grande ajuda, mostrando os modelos de virtude, de convívio, de sociabilidade familiar, mas também do conforto do lar, que países mais humildes estavam longe de conhecer.

Politicamente, a família entende-se cada vez mais como mundo eleitoral a explorar, aliciando-a com promessas de melhorias significativas no campo social, económico, da assistência, da educação. Os cartazes de índole ideológica ostentam frequentemente este sentimento familiar, em quadros partidários distintos.

Em meados da década de 50, demógrafos franceses aperfeiçoaram antigas técnicas de utilização de Registos Paroquiais, reunindo dados sobre um mesmo indivíduo e respectiva Família.¹ A abordagem demográfica demonstrava então as suas grandes potencialidades, apesar das críticas que grandes historiadores da Família lhe moveram.²

Procedeu-se então à reconstituição de Famílias. Grandes novidades foram registadas quanto ao seu comportamento ...³

Também em Inglaterra se desenvolviam grupos de trabalho, exactamente nesta mesma abordagem,⁴ o que veio a permitir comparar estruturas familiares espacialmente diversas, com dados de investigação análogos e temáticas similares: idade média no primeiro casamento, taxa de casamento, taxa de nascimento, limitações, ilegitimidade...

Mas as críticas ao método começam a surgir exactamente através de Peter Laslett, referindo-se à intenção com que os dados usados haviam sido colhidos, à não existência de séries completas, à mobilidade da população (M. Anderson, *Elementos para a História da Família Ocidental*).

Muitas e variadas são as fontes disponíveis para os investigadores de temas ligados à História da Família. Nem só o recurso aos Arquivos e às fontes mais tradicionais é permitido: constrói-se por pinturas, esculturas, retratos, postais, tradições, provérbios, vestuário, mobiliário, alimentação, rituais, iconografia religiosa, sermões, textos religiosos, manuais escolares, análise de quotidianos

2. Estruturas demográficas europeias

Entre o ano 1 e 1650, a população europeia duplicou. Actualmente, a população mundial duplica de 36 em 36 anos, com diferentes ritmos de progressão pelo globo.

Se fizermos uma passagem breve sobre a evolução ocorrida, de forma a contemplar os

momentos mais eloquentes do crescimento, poderemos lembrar que a primeira explosão demográfica se verificou na passagem do Paleolítico para o Neolítico. Entre os séculos VII e XIII (período de estabilização da Europa), ocorrerá o segundo grande momento de crescimento.

Se para as primeiras civilizações o conhecimento sobre os grupos familiares é ainda muito obscuro, grandes expectativas recaem sobre os contributos da Arqueologia.

Em comum, sabe-se que os grupos mais antigos conheceram a guerra, as grandes migrações, a escravatura, a mortalidade, perturbações várias.

Entrando na Antiguidade Clássica, a Grécia já manifestava um ideal de família, defendido por Aristóteles e Platão — o crescimento a actuar sobre o casamento e os nascimentos. Eram previstas sanções sobre casos de celibato e de casais estéreis, o que não impediu o declínio numérico da população, num processo que acompanhou o percurso político.

Através dos textos, em Roma denotava-se uma atitude hostil à vida, fundamentada na perservação do património familiar, nas ambições políticas, no modelamento do relaxamento moral. Divulgava-se então a ideia de «mundo cheio».

Ao longo da Idade Média, as invasões acabaram com um mundo frágil, em sucedâneos períodos de migração.

Daí que se verificasse, mais uma vez, uma atitude hostil à vida, com fraco desenvolvimento económico, instabilidade do espaço agrícola, disseminação de epidemias, novas invasões. Verificou-se uma implosão demográfica, com o ponto mais baixo no séc. VII.

Com a posterior melhoria da alimentação, do posterior desenvolvimento da agricultura, da moderação do clima, aumentava de novo a população.⁵

Nova consciência de «mundo cheio», reequilibrando-se os quantitativos a partir do séc. XII, com o recurso a práticas contra-ceptivas.

Entre 1250 e 1350 os casais passam a constituir família por volta dos 27 anos⁶; a idade média da maternidade sobe para os 32-35 anos. Valorizava-se então a castidade e a virgindade.

Durante a Idade Moderna podem identificar-se, como traços gerais, uma recuperação populacional a seguir à peste: expansão moderada e estabilização até ao séc. XVII, seguida de grande crescimento.

E passamos a deter-nos na demografia do Antigo Regime.

Para o definir, será importante conhecer o casamento, não as crises de subsistência, contrariando princípios teóricos inquestionáveis até há poucos anos.

Verificaram-se então oscilações consideráveis na idade média no primeiro casamento, que chega a baixar para os 20 anos, provocando nova saturação de população, reagindo-se, retomando o sentido da estagnação e, posteriormente, do decréscimo.

Se foi um período conhecedor de vários episódios de crise, há que reter o modelo demográfico que gerou (exemplo do ocorrido entre 1693-1694):

- a) aos anos de maior mortalidade correspondem os de natalidade mais baixa;
- b) a seguir à crise, verifica-se a subida em flecha do número de casamentos;
- c) também da subida da idade média no primeiro casamento, que descera durante a crise.

Uma questão importante se coloca: qual o significado do casamento no Antigo Regime?

Poderemos organizar algumas características sobre comportamentos familiares para o período. Assim:

1. não se admitiam relações fora do casamento, o que gerava preocupações diversas quanto aos ilegítimos⁷;
2. não se verificava coabitação de casais, portanto,
3. não existia casamento sem casa, o que incrementava o celibato e tornava a morte como factor de dinamização do sistema, subalternizando a vontade dos jovens.

A sociedade parecia então bloqueada. A saída será a revolução industrial. Esta fará acompanhar algum progresso técnico com a baixa da idade média no primeiro casamento, aumentando a natalidade e baixando a mortalidade.

De referir, entretanto, o papel do artesanato, que na sequência de mutações económicas, se desenvolve, incrementando o aumento do número de fogos.

Para concluir, poder-se-á dizer que a demografia do Antigo Regime se caracterizou pela recuperação populacional a seguir à peste, expandindo-se de forma moderada até ao séc. XVII, momento em que se inicia o arranque para o grande crescimento.

Se é referido o surto demográfico europeu nos sécs. XVIII e XIX, dever-se-á corrigir, pensando antes num verdadeiro crescimento depois de 1840-1850.

Assistiu-se a um desigual ritmo de crescimento neste Velho Mundo, admitindo como variáveis: o contexto geográfico, o desenvolvimento económico e social, diferentes formas de ocupação do solo. Neste cenário de diversidade, registou-se um menor aumento nos países do Sul.

Mas o salto do séc. XIX é dado:

1. pela França (29 milhões em 1800, 36 milhões em 1850);
2. pela Inglaterra e País de Gales (92% entre 1800 e 1850);
3. pela Irlanda, que mostrou ser possível a demografia não se sujeitar completamente ao modelo de industrialização;
4. pelo Império Germânico, com forte aumento.

Na Rússia mantinha-se então o modelo demográfico de Antigo Regime, com forte mortalidade (P. Leon, *História económica e social do mundo*, vol. III).

Mas se entendemos estar perante um aumento demográfico espectacular (de 2/3, correspondentes a 500 milhões para a população mundial, depois de 1750), que raciocínio fazer quando se verifica que entre 1945 e 1975 a população mundial registava

mais de 1500 milhões de pessoas, representando o triplo da existente entre 1750 e 1850?

As formas anteriores de correcção e equilíbrio das explosões demográficas obtinham-se por episódios de guerra ou desastres naturais. Hoje, a evolução no campo da medicina, entre outros indicadores, neutraliza o movimento sucedâneo aos picos populacionais.

Na verdade, depois de 1975 tem-se vindo a negar à mortalidade o carácter de elemento regulador da população, segundo perspectivas mecanicistas.

3. O casamento como forma (básica) organizativa da família

14 Passamos a debruçar-nos sobre o Casamento, costume secular que foi herdado pela Igreja, podendo considerar-se como parte integrante da lei das nações.

Historicamente, entre os romanos, o casamento significava um pacto ou contrato entre famílias quando o casal, através do consenso, manifestava a intenção de se casar.

Forma fácil no seu começo, mas igualmente não dificultado para ser terminado ou anulado, seguindo uma tradição bárbara. Os últimos imperadores entenderam dificultar o divórcio, manifestando a compreensão de que também pela constituição e manutenção da Família assentava a estabilidade do Estado.

No séc. IX, já aos reis da Europa Ocidental, de monarquias católicas, portanto, passou a ser dificultada a mudança de mulher.

A Igreja vai passar a ter a função de o moralizar. No séc. XI pronunciava-se sobre a sexualidade. Aumentavam, neste mesmo período, os números para o celibato.

A Bíblia, obviamente, servia de fonte de sabedoria para fundamentar e argumentar: no Antigo Testamento, mais propriamente no *Génesis*, Eva e Adão «deviam ser uma só carne». ⁸ Apontava-se para a monogamia, como único sistema moral aceite, contrariando então o que era costume entre os povos.

No Novo Testamento, S. Marcos, referindo-se aos Fariseus, questionava: «É lícito um homem repudiar a sua mulher?» para logo concluir: «O que Deus juntou, que ninguém separe».

Entre os canonistas medievais, apresentava-se como modelo de casamento o de Maria e José.

Recorrendo à tradição judaica, a união carnal entendia-se como estando no centro do casamento. Assim, Santo Agostinho também a ela se referiu, somando-lhe a fidelidade e a indissolubilidade. Citou a procriação como o primeiro bom fruto do casamento. No entanto, continuava a pôr a tónica da relação no consentimento e não na consumação.

Entre os séculos XI e XII, define-se melhor o casamento: generalizava-se a ritualização, que englobava o noivado, a troca de bens, a troca de promessas, a missa, a benção do quarto.

A Igreja passou a assumir a sua total jurisdição.

Também os poetas o ligavam ao afecto, ao amor, numa forma que permite falar na aquisição de um sentimento novo.

Por outro lado, foi-lhe conferida uma nova capacidade: ser base de transmissão de herança.

Em 1439, pelo Concílio de Florença, o casamento tornava-se sacramento.

A Igreja manteve a sua condução, por formas mais ou menos evidentes. A legitimidade tornou-se factor de preservação do património, o incesto foi regulamentado. ⁹ Ligadas principalmente à mulher, surgia todo um conjunto de proibições sexuais.

Se no início assentava o casamento no consenso, progressivamente a essência deslocava-se para a união sexual, o que já era notório nos finais do séc. XV.

A anulação era prevista na não consumação e no parentesco, na tentativa de dificultar o mobilismo da herança dentro do grupo.

Podemos, por agora, concluir que se verificou a apropriação do Casamento pela

Igreja, fazendo-o depender exclusivamente do direito canónico. Por outro lado, assistiu-se à atitude de se basear nos sistemas laicos pré-existentes, nomeadamente na dupla forma de fundamentar a relação, acrescentando à sua essência contratual, a essência religiosa, através do assumir do Casamento como sacramento.

Admitiu a introdução de ritualização pagã, mas passou a exigir que o acto se realizasse com testemunhas e um padre, cuja função era abençoar e, simultaneamente, partilhar a responsabilização do acto, pela presença de elementos estranhos à relação padre - noivos.

A Igreja lutou também pela publicidade do acto para evitar os casamentos clandestinos, em voga até meados do séc. XVI; por 1215, passou-se à obrigatoriedade dos banhos.

O ritual Cristão conciliou a componente judaica (o dote) com a romana (o consenso) e o bárbaro, isto é, o acordo entre famílias.

Assumiu-se o compromisso entre os preconceitos religiosos e os costumes populares. Interligando estes com os valores sociais, surge toda uma organização disciplinar que afecta, por exemplo, a variação sazonal em que ocorre o casamento — ao calendário agrícola, justapunha-se o religioso:

- interdição no Advento e Quaresma,
- interdição nos meses de colheitas e sementeiras.

O desenrolar da vida económica ditava também o movimento da nupcialidade: caso das baixas taxas, em alguns momentos do séc. XIX, principalmente nos centros urbanos, com a subida dos preços, ocorrência de desemprego, incremento de migrações, como algumas das consequências nefastas, decorrentes dos processos de industrialização. O mesmo se verificava no mundo rural, como comportamento sucedâneo a anos de más colheitas.

4. O recasamento, o celibato, a ilegitimidade e o património familiar

Com a crítica social e as dificuldades criadas no quadro da Igreja, debatia-se o(a) viúvo(a) quando pretendia casar de novo.

Colocava-se um problema de distribuição de mulheres disponíveis, face à masculinidade menos numerosa e à manutenção do património da célula familiar primeiramente constituída, a correr eventual risco de transitar para uma segunda.

A Igreja optou por manter e defender o primado da fidelidade para além da morte de um dos cônjuges. As populações adicionavam, na sua relutância em aceitar tal recomeço, a perda de oportunidade de uma primeira experiência conjugal a um indivíduo solteiro.

Toda uma literatura mordaz focalizava principalmente a viúva, que encontrava muito mais barreiras a transpor, incluindo o próprio quadro da sua família. Ao viúvo, mais facilmente se reconhecia a necessidade de cuidados.

As dificuldades criadas suplantavam-se nos casamentos que envolvessem viúvos mais jovens, principalmente entre as mulheres.

A literatura de cordel, por exemplo, é profícua na sátira do viúvo se apresentar como conquistador de jovens donzelas. Gil Vicente não o poupou como personagem facilmente ridicularizável.

Aliás, a grande diferença de idades entre nubentes nestas condições foram geradoras do aumento de reprovação social, conduzindo a atitudes de publicidade ruidosa contra o casamento ou simples intenção de o renovar.¹⁰ A subversão da ordem social era fomentada, para além do indicador idade, também pela fortuna e pelo grupo social dos nubentes/viúvos. As diferenças que se manifestassem nestes dois campos, despotelavam igualmente alterações da ordem. Como noutras realizações ligadas à formação de Família, também há que referir situações diferenciais quando os nubentes viúvos têm ou não filhos do casamento anterior. A sua existência, numa clara defesa de património, dificultava um recomeço nupcial.

Mas à própria Família cabia parte da responsabilidade desta interdição social, apoiada pela Igreja, quando em actos como o do contrato antenupcial, ou até mesmo o testamento, prevê a perda da possibilidade de auferir determinados bens, caso, por morte de um dos cônjuges, o sobrevivente venha a casar segunda vez.

O recasamento permite-nos reflectir sobre a necessidade e a função que a Família detém no que respeita à perservação do património familiar. Se há toda uma reacção entroncada num cenário religioso, sexual e social, o casamento de viúvos envolve a problemática do risco de transferência do património de uma família para outra.

Daqui, por exemplo, a maior resistência encontrada por viúvos com filhos que, para aliciar a manutenção da viuvez, frequentemente optavam por estipular uma pensão em géneros, ou em dinheiro, para que o pai, e principalmente a mãe, não troque essa estabilidade por uma relação duvidosa.

Aliás, a Família recorreu ainda a outras fórmulas para estrategicamente manter o mais indiviso possível o seu património. Lembremo-nos do celibato.

Se a discussão medieval centrava a defesa do celibato na virgindade,¹¹ o que estava exclusivamente em causa nesse discurso era o celibato ascético.

Mas há outro, o laico, muitas vezes imposto pela Família que, disponibilizada de dar dote de casamento a um ou mais filhos, podia apostar numa melhor ligação, sob o ponto de vista económico, para o filho melhor posicionado. Este passava a poder dispor de um pé de meia para o início da sua vida conjugal, superior àquele a que efectivamente tinha direito, caso se partilhassem os bens existentes igualmente por todos os irmãos.

Nesta estratégia sacrificavam-se principalmente as raparigas, sobre as quais pendia uma outra responsabilidade: a de não abandonar o lar paterno, zelando e trabalhando para que as condições da vida dos pais se mantivessem.

De entre os estratos sociais, penalizavam-se principalmente as raparigas mais ricas, que,

frequentemente, encontravam no convento um espaço, nem sempre de vocação, mas alternativo ao do mercado matrimonial.

Para completar esta temática, ligada à conservação e transmissão do património familiar, é ainda de lembrar o significado dos filhos ilegítimos.

Para além do cenário de miséria económica e moral em que ocorriam, há que pensar em zonas específicas onde desempenham uma função estratégica de socialmente contribuírem para a existência de uma família, sem que tenham estatuto legal e daí, possibilidade de reivindicar direitos materiais.¹²

5. A moral sexual

A criança ilegítima leva-nos a outro tema: o da moral sexual.

A sexualidade pode perspectivar-se a níveis distintos: o biológico, o cultural, o moral, o religioso.

Para a Igreja, a aceitação desta componente do indivíduo não representou espaço em branco na sua interferência. Já Santo Agostinho a ela se referia, como sendo uma das coisas boas do casamento, numa postura discordante ao do discurso oficial.

Até ao séc. XIX a sexualidade foi apresentada como dada por Deus só para a procriação, no entender da Igreja, colocando alguns problemas de permeio, como o do prazer, que autores moralistas formalizaram exactamente da mesma forma: para Diogo de Paiva Andrada prazer é pecado. Apelava então ao celibato e à abstinência.

O domínio cultural exercido pela Igreja desde cedo, não obsteu ao aparecimento de manuais para conduta sexual, de modelo oriental, tipo Kama Sutra sem imagens, que desde o séc. XVII surgem pela Europa. A Inquisição e os tribunais de censura não impediram que tais obras fossem traduzidas e se espalhassem pelos pontos mais recônditos. Títulos como *Espelho das Damas*, *Escola de*

Raparigas, Filosofia das Damas, assinados por homens, dirigiam-se a um público feminino, obviamente restrito, ensinando-o a usar o corpo despreocupadamente. Tornaram-se hoje úteis fontes de informação para historiadores desta temática, nomeadamente no que respeita a práticas contraceptivas.

Sobre estas, está completamente posta de lado a ideia de que evitar uma gravidez era própria de relações sexuais fora do casamento. Também entre os casais legalmente constituídos era praticada. Como o sabemos?

Voluntariamente, a natalidade das populações controlava-se através do celibato definitivo e fazendo subir a idade média do primeiro casamento (i.m.c.), reduzindo-se, assim, o período de fertilidade dos casais.

O outro lado da vida conjugal era a numerosa prole que os esposos apresentavam e se tornou o modelo da família antiga.

E coloca-se a questão: sendo as condições de vida familiar difíceis, porque tinham os casais tantos filhos?

A resposta pode estar no domínio das razões técnicas, razões morais, razões culturais. A alta taxa de mortalidade infantil também deve estar presente na resposta.

Mas, utilizando números de François Lebrun, para um casamento de duração média de 15 anos, cuja mulher casasse aos 25, o número de nascimentos a registar deveria situar-se nos 7-8 filhos por casal. Apresenta-se nos 4-5 filhos.¹³

Sabemos que há constatações a ter presentes e que se manifestavam como formas auto-reguladoras, adentro do sistema demográfico, tais como:

- a maturidade sexual das mulheres ser mais tardia do que hoje;
- a idade média no primeiro casamento ser frequentemente elevada;¹⁴
- a duração dos casamentos ser de cerca de 20 anos, curta, portanto,
- a dependência das conjunturas económicas;
- a alta taxa de esterilidade, provocada pela amnorreia da fome, da guerra;
- a alta taxa de abortos espontâneos;

— a menopausa feminina ser mais precoce do que actualmente, situando-se, então, entre os 40 e os 45 anos.

É a partir da reconstituição de famílias e da análise dos intervalos proto e intergenésicos que se verifica que os casais recorriam a formas contraceptivas, passando das soluções mais simples, como o coito interrompido, às mais perigosas e complexas, a das poções abortivas.

Destas, há todo um conjunto de cardápios e receituários, presentes em manuais de medicina, e transmitidos pelo conhecimento popular desde a Antiguidade Clássica, nomeadamente, pelos romanos.¹⁵

No séc. XVIII apareciam os primeiros preservativos, o condão, que evoluem, acompanhando a propaganda que, logo no início do séc. XIX, vinha defender a limitação do número de filhos. Ponderava-se principalmente a situação económica do casal.

Mas já em 1677 Mateus Hales desenvolveu a teoria preocupante do crescimento geométrico da população, numa diferente progressão do crescimento das subsistências. Em 1798 é retomada e ampliada por Malthus.

O malthusianismo ganha adeptos e dá cobertura a uma prática que se vem a generalizar, face ao advento das sociedades industrializadas, à descristianização, à pulverização da família nuclear, à redução das taxas de mortalidade infantil, ao maior interesse que a criança passava a suscitar.

6. A Criança

Até ao séc. XIX os números para as taxas de mortalidade infantil mostram-se assustadores: ao primeiro ano chegavam cerca de 25% dos nascidos, o que significava que 1 em cada 4 crianças morria; tal como 1 em cada 2 chegava aos 10 anos. Atingiam os 10 anos de vida, cerca de 53% dos nascidos.¹⁶

As razões eram muitas e variadas: umas de carácter endógeno, ligadas a todo o conjunto

de práticas que se haviam verificado durante o parto e ao longo da gravidez.

Outras exógenas, decorrentes de situações de doença, acidentes, episódios de fome, profundamente ligadas aos movimentos de preços e salários.

Os avanços da medicina, nomeadamente no campo da vacinação, só divulgada no séc. XIX, abranda os efeitos da varíola. Também a difteria, o sarampo e a rubéola, com melhores condições alimentares e higiénicas, reduzem os efeitos da sua presença.

Referiu-se a Medicina, mas também se verificou um movimento crescente que demonstrava preocupações ligadas à educação da criança, manifestando uma alteração de atitude: a criança deixava de ser um quase objecto que entretinha os crescidos, para se tornar um ser com dignidade própria, que exigia cuidados e atitudes distintas das dos adultos.

18

Mas que não se pense, qual varinha de condão, que o séc. XIX é já um período completamente novo no que respeita à criança. Claro que não!

Práticas como a do abandono, exposição ou infanticídio continuavam a manifestar-se.

Se o infanticídio é altamente condenável pelas sociedades modernas, ele representou uma outra forma de intervir na natalidade.

Quem depunha a denunciar falta de cuidados no momento do nascimento ou a sufocação provocada pelos adultos com quem o recém-nascido dormia? Este «desconhecimento», tornou-o prática corrente mesmo entre os casais legalmente constituídos.

A frequência criou à sua volta a indiferença.

No séc. XVI, em 1556, Henrique II promulga um Édito pelo qual era punida com a morte a mulher grávida que fazia desaparecer o filho. No século seguinte à Igreja aliava-se o médico e o Estado para o combater.

A alteração no sentido de reduzir o número de casos conhecidos só é verificável, sem desaparecer, no séc. XVIII, com todo o novo sentimento de família que se começa a instituir.

Na realidade a facilidade com que o acto era praticado coloca-nos perante a questão psicológica e cultural que ele envolve: afinal o recém-nascido era objecto de carinho?

À Igreja preocupava essencialmente o facto de haver uma morte sem baptismo. Quanto ao Estado, a sua intervenção tardia reflecte a dificuldade de ver no pequeno ser o futuro cidadão.

Igualmente se repetiu, ultrapassado o séc. XIX, o acto de abandonar crianças, recorrendo a locais previamente preparados para receber os quase recém-nascidos, sobre os quais não houvera coragem de praticar infanticídio, pensando uma alternativa conducente à feliz criação da criança.

Misericórdias e Câmaras Municipais, em tempos diferentes, assumiram a responsabilidade de tomar conta das crianças largadas na «roda», designadas por expostas.

Desde o séc. XII que em Portugal se abriu um hospício para enjeitados, em Lisboa, por vontade de D. Beatriz, a mãe de D. Dinis.

A exposição de crianças foi um fenómeno duradouro, entendido como legítimo, carregado de dramatismo, patenteado nas altas taxas de mortalidade que o acompanhavam, em todos os espaços onde existiam estes lugares de recolhimento.

Entre nós, por disposição legal do séc. XIX, todas as sedes concelhias teriam a sua roda, custeada pela respectiva Câmara.

Em Leiria, ela situou-se em zona hoje ocupada pelo antigo hospital; mais tarde, passou para o convento de Santo Estêvão.

Os problemas aqui ocorridos e o «ritual» de abandonar a criança na roda não distingue a cidade de outros espaços, nomeadamente no que se refere à mortalidade e à manifesta incapacidade da autarquia de levar a bom termo a sua responsabilidade.

O Estado propusera-se dar condições para que as crianças sobrevivessem com alguns cuidados, da mesma forma que, dado o aumento de crianças expostas na segunda metade do séc. XIX, se propõe moralizar as mães solteiras.

Calculando ser este o sector que mais dinamizava o movimento das rodas,

apresentava-se a actuar na origem do mal, pagando subsídios de aleitamento a estas mães.

Mais uma vez acometia às Câmaras esta responsabilidade, demonstrando, também mais uma vez, a incapacidade económica da autarquia para solucionar o problema.

Em conclusão...

Durante a Idade Média, a insegurança favoreceu o aparecimento de famílias extensas, patriarcais, manifestando o sentido de protecção mútua.

Com o reforço da intenção social do Estado, esta família, também dita alargada, decaía. Já pelo séc. XIV a família conjugal, nuclear ou restrita (casal e filhos) começa a ter lugar. A presença de criados não altera a sua estrutura. Eles eram frequentes, tanto no mundo rural, como no urbano.

A estrutura interna do lar, apesar da alta natalidade, integra geralmente 4 ou 5 pessoas. Os lares mais extensos são pouco frequentes e mais habituais entre as famílias aristocráticas.

As altas taxas de mortalidade alteravam frequentemente as estruturas familiares, atingindo indistintamente os pais ou os filhos. Daqui decorria uma instabilidade no quadro familiar que caracterizou todo o Antigo Regime.

O percurso que a família fez, desde então, alterou o modelo descrito: a mortalidade passou a estar mais ausente, o número do agregado reduziu-se, o poder paternal foi-se esvaziando do seu papel dominante.

Neste percurso, que sentimento se alterou relativamente à criança?

Digamos que se assiste então ao nascimento da criança. O percurso foi difícil, com episódios mantidos ainda num dramatismo que nos traz à memória os expostos, os abandonados, a prática do infanticídio.

Todo o quadro ideológico e socializante, que se desenvolve a partir do séc. XVIII, passou

a ter como referência a Família estabilizada à volta dos seus filhos

Como em todo o processo evolutivo, as etapas confrontam-se com alguns, por vezes muitos, insucessos.

No que respeita à criança, ainda nos debatemos actualmente com problemas de violência, exercida mesmo pelos pais, com o trabalho infantil, cuja intervenção do Estado só vem denotando a falta de sensibilização que alguns sectores sociais manifestam ainda.

Hoje a criança enfrenta novos problemas, nomeadamente a ausência mais prolongada da mãe, ou mesmo o definitivo apagamento do pai no convívio quotidiano, mas as preocupações e debates que suscita engrandecem-na, dão-lhe lugar de destaque.

Também sobre a Família muitas são as vozes que em unísono a referem como atravessando uma crise. Da reflexão e debate que ela suscita é bom exemplo a comemoração de que é alvo exactamente o ano de 1994.

Todas as instâncias dela se têm ocupado, nomeadamente a Igreja Católica que, parafraseando João Paulo II, identifica «... a família como a Igreja doméstica», materializando neste postulado o nível de intervenção social, mas também religiosa que ela detém.

Há que dar tempo a que toda uma readaptação a novas situações e estruturas se verifique, para que a Família adquira plenamente a função que desde sempre lhe foi acometida: educar e preservar.

Leiria, 1 de Junho de 1994
Alda Mourão Filipe

NOTAS

- (1) Caso de Pierre Goubert, Jean-Louis Flandrin, entre outros.
- (2) Cf. P. Ariès, que não retém as relações familiares prioritariamente.

- (3) Cite-se a limitação de nascimentos, praticada entre a burguesia de Génova no séc. XVII.
- (4) Referência especial ao que se designou por *grupo de Cambridge*.
- (5) Marcel Reinhard refere 60 milhões para a cristandade latina, o que significa um valor superior a 40%, relativamente ao que fora a população do Império Romano
- (6) Anteriormente a idade média ao primeiro casamento situava-se em valores mais baixos, chegando mesmo aos 18 anos.
- (7) A cidade apresentava taxas de ilegitimidade superior ao campo. A ilegitimidade no mundo rural patenteava variações decorrentes do tipo de controlo social. Variações ocorriam ainda entre a Europa católica e a protestante.
- (8) Numa união como a prescrita entre Cristo e a Igreja.
- (9) Pedro Damiano alargou-o até ao 6º grau de parentesco, situação que vem a ser reduzida já no séc. XII.
- (10) Os *charivari* assumiram diversas modalidades através da Europa. Portugal não fugiu a estas formas de protesto, pelas *chocalhadas* ou outros instrumentos ruidosos.
- (11) «*O casamento enche a Terra e a virgindade o Céu*», escreveu S. Jerónimo.
- (12) Sobre este assunto, para o caso de uma comunidade rural transmontana, vd. o trabalho de J. Brian O'NEILL, *Camponeses, proprietários e jornaleiras*.
- (13) Situação, aliás, que se conhece para Portugal.
- (14) Os valores para a França situam-se nos 25 anos e para a Inglaterra, entre os 24 e os 28 anos.
- (15) Cf. Hipócrates e Soranos, médicos romanos do séc. II.
- (16) Assim também a entendia a Igreja, que só passava a contabilizar os indivíduos depois dos 7 anos de idade.

BIBLIOGRAFIA

- Andrée, Michel (1983). *Sociologia da Família e do Casamento*. Porto: Rés Editora, 1983.
- Ariès, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio Janeiro: Zahar Editores.
- Armengaud, A. (1973). L'Attitude de la société a l'égard de l'enfant au XIX^{ème} siècle. *Annales D.H.*
- Bideau, A. et al. (1978). Variations locales de la mortalité des enfants: l'exemple de la Chatelleine de Saint-Trivier-en-Dombes (1730-1869). *Annales D.H.*
- Bourdieu, Pierre (1972). Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction. *Annales E.S.C.*, n.º 4-5.
- Cabral, J. Pina (1984). As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho. *Análise Social*, vol. XX, n.º 80.
- Duby, Georges (1988). *O cavaleiro, a mulher e o padre*. Lisboa: Public. Dom Quixote.
- Flandrin, J.-L. (1973). L'attitude a l'égard du petit enfant et les conditions sexuelles dans la civilization occidentale. *Annales D.H.*
- Lebrun, F. (1975). *La vie conjugale sous l'Ancien Régime*. Paris: A. Colin.
- Lopes, M^a Antónia (1985). Os expostos no concelho da Meda em meados do séc. XIX (1838-1866). *Revista Portuguesa de História*, tomo XXI, Coimbra.
- Moreno, H. Baquero. O casamento no contexto da sociedade medieval portuguesa, I, Braga: Univ. Minho.
- Nazareth, J. Manuel (1982). *Explosão demográfica e planeamento familiar*. Lisboa: Edit. Presença, G.I.S.
- Rowland, Robert (1984). Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal. *Ler História*, n.º 3.